

Nesta terça, dia 4, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) mostrou durante webinar as propostas que estão em consulta pública e a Circular que regulamenta o Open Insurance no mercado de seguros brasileiro. O objetivo do Open Insurance é prover um ecossistema que facilite o acesso dos consumidores aos produtos e serviços de seguros, ampliando a cidadania financeira, aliado a uma capacidade de compartilhamento seguro de dados.

As normas criam uma oportunidade para permitir que consumidores acessem e compartilhem seus dados de forma segura, ágil, precisa e conveniente. Os dados poderão ser utilizados para desenvolver produtos e serviços inovadores que atendam às necessidades atuais e futuras dos consumidores, além de integrar com o Open Banking, ecossistema de compartilhamento padronizado de dados e serviços no âmbito do mercado financeiro, regulado pelo Banco Central.

Na ocasião, participaram a superintendente da Susep, Solange Vieira, o diretor da Susep Eduardo Fraga, o chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, Leonardo Brasil, o coordenador da Susep Thiago Barata e a coordenadora de Monitoramento de Riscos, Paloma Habib.

Solange destacou que a Susep vem fazendo uma mudança regulatória com a desregulamentação de várias normas. “Isso tudo vem em um conjunto de buscar criação de novos produtos e base de dados confiáveis que permite evoluir para o open insurance”, explicou.

A expectativa, de acordo com a superintendente, é permitir que grandes e pequenos sejam vistos pelo consumidor com o mesmo tamanho. “Do lado do consumidor enxergamos que ele vai ter mais oferta de produtos e acesso e assim, esperamos aumentar muito a cobertura de seguro no país. Temos espaço para mais do que dobrar o volume de prêmios. Esperamos que o mercado passe por processo de concorrência saudável que resulte em maior qualidade e menor preço para o consumidor”, afirmou.

Na sequência, Eduardo Fraga, diretor da Susep, destacou a estimativa. “Há uma previsão que em dezembro de 2021 comece o compartilhamento de dados referentes às transações relacionadas a produtos de seguro, previdência e capitalização”, disse. Ele explicou que todas as supervisionadas do mercado de seguros usam o canal bancário, por isso, a Susep achou que pudesse haver uma simetria das informações.

Fraga explicou que o open finance é a junção do banking e insurance. “Ele é visto como operacionalização da LGPD. Se olharmos os artigos iniciais da LGPD, vamos ver entre os principais fundamentos a promoção do desenvolvimento econômico e tecnológico do país e a concorrência”.

Ele acrescentou também que a interoperabilidade permite às pessoas consolidar a vida financeira por meio de soluções tecnológicas que sejam desenvolvidas para elas com acesso aos planos de previdência que ela tenha, seguros e vida financeira. “O ecossistema do open finance é de grande valor também para pequenas e médias empresas porque elas têm necessidade de gestão de fluxos de caixa e contratos, além de consolidar as apólices. Qualquer ajuda que se dê a PME’s é ajudar o país”, afirmou.

Fraga garantiu também que a segurança e a privacidade dos dados são pilares fundamentais dentro do open finance.

Thiago Barata, é o coordenador para tratar do open finance dentro da Susep, destacou que o cliente é o centro da jornada. “Com o consumidor no centro da propriedade de seus dados é natural que com a LGPD tenha uma necessidade da troca de informações no momento em que o segurado entenda que tenha benefícios nesse compartilhamento”, disse. Para ele, é natural que os dados sejam transacionados dentro do setor. “O open insurance é uma padronização desse compartilhamento de dados e regras para que isso funcione de forma segura, precisa, ágil e, de acordo com a conveniência do segurado”, sintetizou.

Ele explicou que os padrões estão relacionados a API's, diretório de participantes, resolução de disputas, direitos e obrigações dos participantes do sistema e mostrou as fases de implementação.

Em seguida, Paloma Habib, coordenadora de riscos da Susep, falou do escopo de dados e serviços que vão estar no ambiente do open insurance. "Os dados são separados em três categorias: abertos, pessoais e serviços relacionados a seguros", destacou.

Ela explicou que os dados das sociedades supervisionadas serão abertos ao público de forma padronizada. "A ideia é que surjam empresas que vão criar aplicativos, sites que vão ajudar o consumidor a visualizar esses dados por meio de ferramentas. É um grande Market place", sintetizou.

No caso dos dados pessoais dos clientes, Paloma explicou que eles não vão ficar públicos. "São individuais e só serão compartilhados com outra sociedade participante do ecossistema. O cliente vai decidir se ele vai compartilhar, com quem e por quanto tempo. Existem aqui serviços ligados a seguros. A verdade é que o mercado vai ter toda a abertura para criar serviços a partir desses dados. O foco é melhorar a experiência do consumidor", ressaltou.

Leonardo Brasil, chefe de departamento de tecnologia, explicou como vai funcionar a tecnologia por trás do open insurance que é, segundo ele, um ambiente propício à inovação e que tem o consumidor no centro da experiência.

Ele disse que o Banco Central estabeleceu alguns princípios de design e arquitetura das API's e têm, entre as características básicas, foco no desenvolvedor. "As empresas vão se debruçar nas API's para oferecer novos produtos e é importante que seja padronizado. Ele precisa ser simples para que seja facilmente interpretada pelos desenvolvedores", ressaltou.

Brasil destacou que a segurança é um desafio e mostrou a necessidade de um diretório central. "Todos os participantes têm que ter certeza da identidade. No momento da transação o participante tem que ser certificado porque envolve dados pessoais e contratuais", disse.

Ele explicou que durante a implantação do open banking na Europa, os países tinham suas autoridades competentes e todos queriam participar. "Essas empresas deveriam ser certificadas e os certificados depositados nos órgãos reguladores de forma descentralizada", explicou.

Ao responder uma das questões do público, Solange Vieira disse acreditar em um avanço na atuação do corretor de seguros. "Entendo que o corretor vai virar não só o intermediário na venda, mas um consultor à medida que a gente espera que haja um aumento no número de pessoas a contratar seguros", disse.

Para ela, deve entrar no mercado uma massa grande de pessoas que não entende de seguros. "O corretor vai ser o conselheiro de como deve contratar e qual o seguro deve ser contratado. Acredito que o corretor vai ser um analista de seguros mostrando qual seguro é mais indicado e ideal para a pessoa", afirmou.

Fonte: Susep/[Segs](#), em 05.05.2021